

História do tempo presente e ensino de História

History of present time and History teaching

Lucilia de Almeida Neves Delgado*

Marieta de Moraes Ferreira**

RESUMO

A proposta do artigo é analisar os desafios para o estudo da história do tempo presente e as dificuldades para sua legitimação como campo de estudo. Algumas linhas são especialmente exploradas, como o debate sobre definição dos marcos da história do tempo presente, suas relações com as memórias e as comemorações. O artigo destaca, ainda, os usos políticos do passado e as pressões sociais sobre os historiadores, além de discutir algumas possibilidades para o enfrentamento desses desafios, focalizando especialmente as relações entre memória e história.

Palavras-chave: ensino de história; historiografia; memória.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the challenges for the study of the History of present time and the difficulties of its legitimacy as a field of study. Some lines are particularly developed such as the debate about defining landmarks for the History of present time, its relations with the memories and celebrations. The article also highlights the political uses of the past and the social pressures on historians, as well as discussing some possibilities for addressing these challenges, focusing especially on the relationship between memory and history.

Keywords: history teaching; historiography; memory.

O estudo da história do tempo presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político. Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei que instituiu a

* Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Núcleo de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). lucilianeves@terra.com.br

**Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do CNPq. marieta.moraes@fgv.br

Comissão Nacional da Verdade, “Com finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.¹ A Comissão “traz esperança de que fatos controversos ocorridos durante os anos de chumbo possam ser revisitados e recontados”. Esse debate está se expandindo e se aprofundando tardiamente, uma vez que as tentativas feitas pelas entidades de direitos humanos sempre encontraram resistência para avançar na revisão da lei de anistia e no julgamento dos crimes políticos contra os direitos humanos. Segundo o governo federal, a Comissão não tem o objetivo de acusar nem processar os autores de violências, mas tão somente divulgar informações de documentos ultrassecretos em um relatório a ser elaborado. O documento final será produzido por uma equipe composta por sete pessoas e deve apurar violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988. O grupo terá 2 anos para ouvir depoimentos em todo o país, requisitar e analisar documentos que ajudem a esclarecer as violações de direitos ocorridas no período.

Assim, as discussões que ficavam restritas a alguns especialistas e a encontros de caráter estritamente acadêmicos passam a ter desdobramentos mais amplos, atingindo diferentes segmentos sociais e exigindo dos historiadores e professores de história recursos para enfrentar essas memórias traumáticas.

Em 18 de novembro de 2011 foi assinada também a Lei de Acesso a Informações Públicas, que acaba com o sigilo eterno de documentos. A Lei de Acesso a Informações objetiva garantir o direito constitucional de acesso dos cidadãos brasileiros às informações, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988,² e pode permitir a descoberta de arquivos e documentos até então inacessíveis ou desconhecidos.

Esses dois eventos colocam inúmeros desafios para os historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo da história recente do nosso país. A Lei de Acesso a Informações abre novas possibilidades para a emergência de temas ainda não explorados, funcionando como um estímulo para o reconhecimento e legitimidade da história do tempo presente, assim como permitirá o esclarecimento dos muitos pontos obscuros que a dificuldade de acesso às fontes impedia.

Se entre nós essa demanda social e historiográfica se firmou de forma mais efetiva recentemente, em outros países a afirmação da história do

tempo presente é algo consolidado. O historiador francês François Hartog tem chamado atenção para a maneira como as sociedades contemporâneas têm lidado com o tempo presente. Se ao longo do século XIX os historiadores acreditavam que as sociedades caminhavam em direção ao progresso e que o futuro se avizinhava como algo promissor, no contexto atual a crença no futuro torna-se cada vez mais incerta, transformando esse futuro em presente, o que o autor denomina ‘presentismo’. O desdobramento desse quadro é uma supervalorização da memória e de temas como identidades e comemorações. Testemunhos ganham novas dimensões.

O que se entende por história do tempo presente?

Nesse contexto cabem as seguintes indagações: Em que consiste a história do tempo presente e como com ela trabalhar? Por que muitos historiadores ainda resistem em integrar os períodos recentes como objetos da história? Como lidar com essas demandas sociais?

Antes de tudo, é preciso lembrar que apesar das inovações teóricas e metodológicas que têm caracterizado o campo da produção historiográfica, a história do tempo presente nem sempre tem sido bem assimilada por parte da comunidade de historiadores, pois ainda é sólida a concepção de que o estudo da história deve distanciar-se do tempo do acontecido. Nesse sentido, “em uma entrevista, E. P. Thompson afirma que ao historiador, cabia trabalhar o passado; o presente seria pertinente ao estudo da sociologia” (Muller, 2007, p.17).

Mas quais são as razões das resistências? Por que, no século XIX, a história recente, então chamada de contemporânea, tornou-se um tema problemático? O ponto de partida para entender esse processo é a constatação do triunfo de uma determinada definição de história a partir da institucionalização da própria história como disciplina universitária. Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre passado e presente, atribuía à história a interpretação do *passado* e sustentava que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar corretamente essa tarefa.

Foi nesse quadro de afirmação dos historiadores profissionais que se colocou uma condição indispensável para se fazer uma história científica – a visão retrospectiva. O que, exatamente, queria dizer isso?

A afirmação da concepção da história como disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma

tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Acreditava-se que o trabalho do historiador só poderia começar verdadeiramente quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços do passado pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade dos estudos.

A separação entre passado e presente colocada dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas. Assim, os historiadores recrutados pelas universidades no século XIX eram especializados na Antiguidade e na Idade Média, períodos que exigiam o domínio de um conjunto de procedimentos eruditos. Com isso pretendia-se impor critérios rígidos que permitissem separar os verdadeiros historiadores dos amadores. O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. Esse campo dos estudos históricos acabou se transformando em monopólio dos chamados historiadores amadores. Ancorada em princípios que sustentavam a necessidade do distanciamento temporal do pesquisador frente ao seu objeto, os historiadores deveriam trabalhar com processos históricos cujo desfecho já se conhecia.

A chamada história do tempo presente contraria exatamente esses pressupostos. Mas a despeito das resistências, que não são poucas, a escolha do tempo presente como campo de estudo e pesquisa de historiadores vem ganhando legitimidade crescente e sugere reflexões epistemológicas e metodológicas urgentes. Mas como definir a história do tempo presente? Como demarcá-la?

De acordo com o historiador François Bédarida (em Ferreira, 2012, p.109) sua característica básica é a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. O desdobramento desse argumento é que a história do tempo presente possui balizas móveis, que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas. Assim, que cronologia, que evento-chave, reconhecido, deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Para alguns, trata-se do período que remonta a uma última grande ruptura; para outros, trata-se da época em que vivemos e de que temos

lembranças ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em xeque (Voldman, 1993). Ou ainda, como afirma Hobsbawm (1993; 1998), o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação. Outra questão que mereceu destaque foi a noção de ‘tempo presente’ e suas relações com os contemporâneos, os testemunhos, os atores, a demanda social e as outras disciplinas. Desse debate, uma questão relevante que emergiu foi a afirmação de que o ‘tempo presente’ constitui um campo científico singular, pela sua própria definição.

Foi considerando essa perspectiva que Bédarida declarou que a “história do tempo presente é feita de moradas provisórias” (Bédarida, 2002, p.221). Assim, a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções. Outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunha e ator de seu tempo e, muitas vezes, está envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças do que nos fenômenos de longa duração que necessitam de maior recuo. Por sua vez, essa singularidade de objeto deve nos alertar para a necessidade de buscar métodos e temáticas também específicos, como, por exemplo, a importância das cronologias antes das análises de conteúdo; a valorização dos períodos de ruptura e dos eventos políticos, a utilização das fontes orais e a busca de interdisciplinaridade. Graças aos esforços teóricos dos pesquisadores do IHTP, os debates e as restrições acerca das fontes e da objetividade vinculadas à história do tempo presente foram sendo paulatinamente superados.

AS ESPECIFICIDADES DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

No campo especificamente historiográfico a denominação história do tempo presente convive com outras denominações que têm no recorte

temporal da contemporaneidade a sua marca. Entre essas denominações estão história imediata, história contemporânea, história recente e história atual. Todas, mesmo não tendo exatamente o mesmo significado, fazem do passado próximo o objeto de estudo do historiador e são expressivas da opção por uma temporalidade repleta de dificuldades para demarcar datas e estabelecer limites cronológicos precisos e definidos. Isto porque a história do tempo presente se dedica, na maioria das vezes, à pesquisa e à análise de experiências históricas específicas, espacialmente delimitadas e, portanto, pouco compatíveis com critérios universais e abrangentes de definições cronológicas.

Além das dificuldades de delimitação temporal, outras questões também contribuem para uma significação própria do regime de historicidade do tempo presente, que supõe a consideração teórica e metodológica das seguintes variáveis: campo constitutivo e temporalidade, memória e retenção do passado e pluralidade de fontes e procedimentos metodológicos.

O que diferencia a história do tempo presente das temáticas históricas longitudinais, como já foi dito, é a proximidade dos historiadores em relação aos acontecimentos, pois são praticamente contemporâneos de seus objetos de estudo. A configuração da história do tempo presente está relacionada inextricavelmente à dimensão temporal presencial. Algumas de suas características definidoras decorrem dessa matriz nuclear. Existe um marco de início do tempo presente? Como as mudanças e o movimento da história interferem em sua delimitação temporal? Quais elementos interferem na metodologia de sua pesquisa e na seleção das fontes que serão investigadas e produzidas?

Essas são questões que o pesquisador do tempo presente não pode desconsiderar, pois decorre dessas peculiaridades a dificuldade para estabelecer critérios precisos para definir o que é um passado recente. A questão geracional demonstra bem a dimensão dessa dificuldade. Ou seja, se a definição cronológica de tempo presente for geracional, o tempo pode se alargar um pouco mais, pois pessoas de gerações diferentes convivem na dinâmica da história e deixam sua marca nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas constitutivas do próprio processo histórico e do tempo do seu viver.

A orientação que talvez deva prevalecer na definição temporal do tempo presente é a da presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores. Ou seja, a existência de uma memória

social viva é fundamental para definição dos recortes temporais e dos campos constitutivos da história do tempo presente.

Na verdade, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa.

MEMÓRIA E USOS DO PASSADO

As mudanças ocorridas no mundo ao final do último milênio, além de terem reconfigurado as relações de poder no plano internacional, de redefinirem padrões de gestão da economia e de incluírem expressões de multiplicidade sociais e culturais, também afetaram o campo do conhecimento. Nas ciências humanas e sociais as transformações foram avassaladoras. Solaparam certezas e abalaram os paradigmas da modernidade fundamentados na construção de conhecimentos de base estruturalista, totalizante e cientificista. Esses movimentos de transformação do mundo acoplados a outras tensões da pós-modernidade vieram acompanhados de uma busca ansiosa por referências sólidas que inclui, também, novas formas de apropriações e usos do passado.

Buscam-se, simultaneamente, dois tipos de esteios. De um lado, fundamentos para as identidades coletivas que parecem se dissolver frente a um mudancismo cotidiano, crescente e inexorável; de outro, bases para construção de conhecimentos renovados e atualizados nas áreas das humanidades. A história também foi colhida pela profundidade dessa virada epistemológica e procura atualizar seus métodos e adotar novas abordagens que, entre outras iniciativas, tomam a história do tempo presente como um novo fazer histórico, mais complexo e desafiador. Um fazer histórico que inclui dimensões quase que sobrepostas de passado e presente, além do predomínio de uma temporalidade rápida e algumas vezes muito efêmera.

Nessa perspectiva, a relação história/memória ganha estatura nova, posto que a memória, noção que teria se tornado mais abrangente do que a de história, tende a eclipsar a segunda, na busca incessante da humanidade pela retenção do passado (Pereira; Mata, 2012; Nora, 1994). O conceito de memória não é simples e se conforma por múltiplos significados, tais como: o estabelecimento de nexos entre o presente e experiências vividas no passado; capacidade de conservar ou reter ideias previamente adquiridas; construção simbólica e elaboração de sentidos para o que passou; atualização do passado no eterno presente, processo ativo de registro e transmissão de lembranças e de retenção do esquecimento (Delgado, 2010; Franco; Levín, 2007).

Muitos pensadores têm se dedicado a estudar a memória, identificando-a de diferentes formas. Ela seria o registro de vivências de grupos sociais, e a memória individual constitui-se como ponto de vista da memória coletiva, como nos quadros sociais da memória de Halbwachs (1990). Também é entendida como uma dialética da presença e da ausência, e da organização do esquecimento (Ricoeur, 2007). E pode ser ainda um registro de experiências e vivências, plenas de significado (Benjamin, 1985). Essa dinâmica complexa, em que história e memória se alimentam e simultaneamente se diferenciam, tem ensejado um diálogo fértil da história com diferentes áreas de conhecimento como psicologia social, antropologia, sociologia e ciência política (Delgado, 2011).

No último quadrante do século XX, ideias e empreendimentos referentes à utilização de diversificados suportes da memória, voltados à retenção do passado, ganharam projeção significativa nas comunidades acadêmicas e também em diferentes organizações sociais e políticas. São iniciativas voltadas à construção de referências e de fundamentos de identidades coletivas e mesmo individuais. Dessa forma, de acordo com Nora, tem proliferado a implantação de museus, arquivos, centros de documentação, comemorações, efemérides e também a produção de biografias e livros memorialísticos (Nora, 1994). Muitas vezes tais iniciativas são implementadas de maneira amadorística e sem respaldo em reflexão mais bem elaborada sobre a função social e política da memória, suas implicações e desdobramentos.

Esses entendimentos demonstram que trabalhar com a memória, seja no campo da psicologia individual seja em sua dimensão coletiva, o que inclui sua relação com a história, não é tarefa simples. Na esfera da relação memória/

história e, mais especificamente, da história do tempo presente, ao menos duas questões fundamentais merecem ser destacadas. A primeira diz respeito à temporalidade, pois tanto a memória como a história do tempo presente são construções presentificadas e, portanto, passíveis de atualizações e revisões. A segunda refere-se às dimensões pública e privada da memória, de seu registro, e do tempo necessário à sua disponibilização ao público de pesquisadores.

A memória é uma dimensão que se refere tanto ao privado, ou seja, a processos e modalidades estritamente individuais e subjetivos de vinculações com o passado, o presente e o futuro, como à dimensão pública, coletiva e intersubjetiva (Franco; Levín, 2007, p.40).

A dimensão pública da memória pode ser também entendida como direito de cidadania. Mas, sem levar em conta as discussões e polêmicas em torno dos usos da memória coletiva em sua relação ainda que tensa e complexa com a História, a memória é “fundamento da história da humanidade e das histórias específicas, nacionais, étnicas, religiosas, educacionais, associativas, entre outras. Transcende o intervalo da existência individual e possibilita ao ser social reviver e redimensionar significados e experiências” (Delgado, 2010, p.61). A memória, portanto, é plena de substância social. Fornece à história e às ciências sociais matéria-prima para fundamentação de conhecimentos e também de identidades coletivas ou individuais, inclusive as referentes ao homem como ser histórico.

PLURALIDADE DE FONTES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Não é leviandade afirmar que, ao longo de um processo que durou ao menos um século, foi construído um consenso fortemente sedimentado sobre o fato de que a pesquisa histórica pode ser fundamentada em uma pluralidade de fontes que, como já analisado, podem incorporar a instância da memória em suas dimensões coletiva e individual. O mundo no qual vivemos produz em abundância diferentes recursos documentais que enriquecem a produção do saber histórico e podem também tornar mais vivo, interessante e instigante o ensino da história. São eles, entre outros: documentos audiovisuais, fotografias, escritos literários, narrativas orais e escritas, charges, CD-ROMs, filmes, documentários; diferentes suportes da informática, plantas, mapas, atas, pro-

gramas de rádio, peças publicitárias, jornais, revistas, músicas, vestuário e peças de decoração de ambientes, entre outros objetos da memória.

No caso da história do tempo presente, a essa profusão de fontes agrega-se a possibilidade que tem o historiador de produzir, ele mesmo, fontes documentais para investigações, suas e de seus colegas pesquisadores. A título de exemplo, cabe ressaltar a metodologia de história oral e a produção de fontes iconográficas.

A história oral tem possibilitado o registro de inúmeras narrativas, que são importantes construções memoriais, individuais e coletivas. São diferentes sujeitos e testemunhas da história que, estimulados por historiadores e profissionais de áreas afins à história, relatam suas experiências de vida, as quais se convertem em documentos passíveis de crítica e análise. Em outras palavras, narrativas e testemunhos são identificados como registros relevantes – como documentos – que podem contribuir para um melhor embasamento da história do tempo presente.

São vozes múltiplas, que muitas vezes registram de formas diferentes e até conflitantes a rememoração de acontecimentos e processos. São fontes orais que, por trazerem uma diversidade de visões de mundo e de relatos de experiências, valorizam o registro da heterogeneidade do vivido, em detrimento de uma homogeneidade que usualmente simplifica e distorce o mundo real, os movimentos e os conflitos da história.

Os registros iconográficos também podem se constituir como rico recurso para pesquisas de historiadores ávidos em encontrar o tempo que analisam pelo acesso a *corpus* documentais imagéticos. Isso porque a iconografia é um importante registro das ações dos sujeitos históricos, públicos ou anônimos, em determinado tempo e espaço. Como fontes históricas de grande potencialidade podem ativar e evocar memórias, contribuindo para a pesquisa quer da micro, quer da macro-história, pois fornecem informações não disponíveis nem acessíveis em outro suporte documental.

As fotografias e os filmes podem também sugerir ao historiador do tempo presente algumas importantes indagações. Para quem a imagem é destinada? Que opção política orientou a produção fotográfica ou filmográfica? A que interesses busca atender a produção de imagens fixas ou em movimento? Dessa forma, como qualquer documento de registro de memórias, fotografias e filmes

traduzem também concepções e conflitos, pois para além de sua dimensão estética contêm sistemas de representações sociais.

DIVERSIDADE TEMÁTICA

A abrangência e variedade de temas que podem ser investigados por historiadores do tempo presente sugerem a possibilidade de adoção de uma variedade de enfoques na construção de análises e interpretações sobre as questões pesquisadas e estudadas. Entre tantos, podem ser citados ao menos dois de grande importância e atualidade. A história pública (consciência e a cultura histórica de um povo, políticas de guarda e preservação de documentos públicos e acessibilidade a esses documentos); e a história da vida privada (escala de micro-universos tais como família, bairros, tribos urbanas, recantos individuais e privados, além de costumes e valores específicos de pequenas comunidades).

Esses temas podem ainda incluir uma infinidade de objetos que transitam em diferentes áreas dos estudos da história, tais como: história política (partidos, instituições, poderes, regimes políticos, cidadania, mobilizações políticas); nova história política (cultura política, representações, construção de mitos, comemorações); história das religiões e religiosidades (crenças, cultos, festas, liturgias, poderes); história social (mundo do trabalho, mobilizações sociais, condições de vida, direitos sociais, condições de moradia, migrações); história do campo e dos camponeses (propriedade da terra, conflitos sociais nas áreas rurais, condições de vida e de trabalho no campo), entre outros. Nesse elenco ainda que limitado de temas aqui listados, que são caros à história do tempo presente, cabe destacar “o forte predomínio de temas e problemas vinculados a processos sociais considerados traumáticos: guerras, massacres, genocídios, ditaduras, crises sociais e outras situações consideradas extremas” (Franco; Levín, 2007).

ESCRITA DA HISTÓRIA E QUESTÕES ÉTICAS

A vinculação com as chamadas memórias sensíveis coloca muitos desafios. O historiador Tzvetan Todorov (1995) em seu trabalho *Os abusos da memória* chama atenção para as ameaças trazidas pela passagem do dever de

memória aos abusos da memória. A preocupação do autor com esse tipo de questão fica evidenciada por temer o processo de vitimização das diferentes comunidades que sofreram no passado massacres ou perseguições, como as comunidades judia e negra nos Estados Unidos, ou os opositores de ditaduras militares. A invocação da memória desses crimes permite, para os grupos sociais envolvidos, conquistar o estatuto de vítima social, o que pode garantir, do ponto de vista simbólico, o direito a reparação e a conquista de inúmeras vantagens.

Nesse contexto de pressão das memórias sobre sua prática profissional é que os historiadores são questionados para redefinir a sua responsabilidade frente a uma demanda de fidelidade memorial. O principal problema apontado é a sacralização da memória, que inibe a função crítica da história e a necessidade de distanciamento, as quais permitem aos historiadores serem menos dependentes dos objetivos políticos, comunitários e identitários que se escondem por trás do dever de memória. Historiadores como Rousso, Bédarida e Joutard depois de terem reconhecido o estímulo que a memória dá à história, chamaram a atenção para a função crítica da história diante da memória.

Mais recentemente, ante a criação das chamadas comissões de verdade instaladas em vários países com o intuito de esclarecer e punir crimes contra os direitos humanos, bem como a explosão dos testemunhos referentes às experiências dos campos de concentração nazistas e outros, às ondas repressivas soviéticas e à atuação das vítimas das ditaduras na América Latina, tudo isso levou vários autores a alertarem para os riscos da supervalorização dos testemunhos sem a devida crítica a eles.

Assim fica evidenciado um conflito, uma tensão entre vítimas-testemunhas, portadoras de memórias, e historiadores. Contudo, não é profícuo que estes últimos declarem “guerra contra a memória e contra as testemunhas” para “disputar com elas o interesse do grande público”. O que seria mais proveitoso, ao contrário, é justamente a coexistência dos trabalhos históricos com os testemunhos. O historiador tem o dever de exercer a sua profissão de forma crítica, mesmo que seus trabalhos possam ser instrumentalizados pelos portadores de memória ou pela instância política. Uma possibilidade para sair desse impasse, apontada por Ricoeur (1998; 2000), é a história efetuar realmente um trabalho crítico em relação à memória.

Se a história do tempo presente enfrenta desafios e dificuldades para se legitimar, quando se trata de colocá-la em prática na educação escolar, as resistências são ainda maiores. A história ensinada nas escolas de maneira geral tem como diretriz fornecer uma orientação única, linear. Enfim, deseja-se propor uma visão do conhecimento histórico de maneira muitas vezes naturalizada, sem atentar para a dimensão da própria construção desse conhecimento e das diferentes interpretações possíveis de serem apresentadas, inclusive nos manuais escolares. Se por um lado, o desenvolvimento da história do tempo presente no espaço escolar levanta problemas, por outro, pode ser também um caminho útil para se lidar com a memória de uma maneira menos simplista do que o senso comum costuma apresentar. Dessa forma, podem-se fornecer indicações para o entendimento dos métodos de construção do saber histórico em sua relação com a memória. O estudo das memórias construídas em torno de determinados eventos, personagens e leis memoriais abre perspectivas para a compreensão de que a memória está sempre em processo de transformação, que as diferentes demandas dos grupos sociais geram muitas vezes conflitos e disputas de memórias, e que o ensino da história pode ser exatamente um instrumento para estabelecer de forma mais clara as distinções entre a memória e a história.

A ideia de uma história ‘crítica’ e ‘progressista’ na educação básica esbarra, não raro, em interpretações maniqueístas em que, por exemplo, a história brasileira pode ser definida, exclusivamente, como uma história de exploração, quase uma pilhagem das elites sobre as classes populares e/ou dos Estados Unidos da América sobre o Brasil. A solução para todos esses problemas também passa pela luta de classes, pela revolução, pela ação engajada. Dentro dessa perspectiva, a ideia a ser veiculada é sempre marcada pela denúncia que, muitas vezes, independe da posição ideológica do autor, seja para defender ou rechaçar posições, regimes políticos e econômicos (Ferreira; Franco, 2010).

Entendemos, contudo, que a ambição do ensino de História deve ser a de desenvolver a crítica e não oferecer uma visão ‘crítica’ *a priori*. A crítica de documentos, fatos e de diferentes interpretações, parte do *métier* do historiador, passa pelo confronto entre discursos muitas vezes contraditórios e interpretações distintas. A escrita e o ensino da história não devem ser feitos pela escolha de ideologias, sejam à esquerda ou à direita, mas pela problematização

desses mesmos discursos. Questões como o papel da história e o método inerente à mesma disciplina necessitam de grande cuidado.

Se a história é a “ciência do homem no tempo”, é preciso salientar que uma tarefa imprescindível ao seu ensino é fornecer subsídios para o entendimento das várias temporalidades que envolvem o conhecimento histórico. Assim, parece acertada uma opção de fornecer ao aluno as várias temporalidades, as várias concepções de tempo. Além disso, o uso da cronologia não é necessariamente ‘mau’ ou ‘bom’, ele apenas não deve encerrar um significado intrínseco que não possui – em suma, é uma convenção social como as demais. No limite, o que parece claro é a necessidade de o professor dominar múltiplas linguagens, múltiplos conteúdos que ajudem o aluno a entender processos e desenvolver um senso crítico, e a história do tempo presente é um espaço privilegiado para esse exercício.

REFERÊNCIAS

- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 253p.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. 402p.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Dir.) *As correntes históricas na França*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 135p.
- FERREIRA, Marieta de M. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis (RJ), v.94, n.3, p.111-124, maio-jun. 2000.
- _____. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. 195p.
- _____.; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

- FERREIRA, Marieta de M.; FRANCO, Renato. *Aprendendo História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: _____; _____. (Comp.) *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2007. p.31-65.
- FREUD, Sigmund. *Escrita sobre a psicologia do inconsciente (1923-1938)*. Rio de Janeiro: Imago, 1982. 208p.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990. 351p.
- HARTOG, François. Sur la notion de regime d'historicité. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Dir.) *Historicités*. Paris: Éd. la Découverte, 2009. p.133-150.
- HOBBSAWM, Eric J. Un historien et son temps présent. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Ed., 1993.
- _____. Não basta a história de identidade. In: _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.281-293.
- _____. O presente como História. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.243-255.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.
- JOUTARD, Philippe. Memória e História: ¿Como superar el conflicto? *História, Antropologia y Fuentes Orales. Atravesar el Espejo*, Barcelona, n.38, p.115-122, 2007.
- MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PÔRTO, Gilson Jr. (Org.) *História do tempo presente*. Bauru (SP): Edusc, 2007. 358p.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. I – La République. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, n.10, p.200-215, 1992.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia et al. *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. 195p.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 1996.
- RICOEUR, Paul. *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éd. du Seuil, 2000.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2007. 535p.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA; AMADO (Org.), 1996, p.93-102.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

_____. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 2005. 238p.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NOTAS

¹ Lei nº 12.528 de novembro de 2011.

² De acordo com artigo 5º, inciso XXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, “Todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Artigo recebido em setembro de 2013. Aprovado em outubro de 2013.